

POLÍTICA

APOSENTADOS

IPM endurece regras para desconto de aposentados após ‘pito’

Força-tarefa municipal atuou para criar novas regras depois de cobrança do Tribunal de Contas; intenção é impedir descontos em folha ilegais

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

Após o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) apontar falhas em descontos de benefícios previdenciários, o Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto (IPM) mudou as regras de credenciamento de instituições que operam consignações em folha de pagamento. A medida visa aumentar a transparência, prevenir irregularidades e garantir maior segurança a aposentados e pensionistas do município.

O endurecimento das regras ocorre em um contexto de crescimento das ações judiciais contra o IPM motivadas por descontos indevidos realizados sem autorização expressa. O alerta do TCE evidenciou a necessidade de maior transparência, controle e conformidade legal. O Tribunal destacou que todas as consignações devem contar com autorização expressa do beneficiário e que as instituições credenciadas atendam rigorosamente às normas, prevenindo prejuízos aos servidores públicos municipais.

A nova política estabelece regras detalhadas para credenciamento de instituições financeiras, associações de servidores e empresas conveniadas, incluindo análise rigorosa de documentos, relatórios de compliance e fiscalização in loco.

Todos os descontos passam a exigir comprovação de autorização do beneficiário, e canais de atendimento devem ser disponibilizados para reclamações e denúncias.

Além disso, o CONSAD (Conselho Administrativo de Seguridade Social) ganhou poderes para suspender ou revogar credenciamentos. Produtos como cartões de crédito consignado e cartões de benefícios terão novos credenciamentos suspensos, mantendo-se apenas contratos vigentes, e os juros cobrados não poderão ultrapassar os limites estabelecidos por decisões do Conselho Nacional de Previdência Social.



Sede do IPM de Ribeirão Preto, na região central da cidade

PREFEITURA E IPM FIZERAM ‘CORRERIA’ PARA EVITAR PUNIÇÕES A GESTORES

A Prefeitura e o IPM se mobilizaram para cumprir o prazo determinado pelo TCE, evitando sanções ao chefe do IPM e do Executivo. Foram convocados aposentados e pensionistas para atualização de dados cadastrais e autorizações de descontos.

O diretor do IPM, Marcos Berzotti, realizou reuniões com entidades representativas, como o Sindicato dos Servidores, a Associação dos Municipiários Aposentados, a Associação dos Servidores Municipais e o Centro do Professorado Municipal, estabelecendo prazos para regularização junto ao IPM.

ADMINISTRAÇÃO FALA EM CLAREZA E PROTEÇÃO AOS APOSENTADOS DO IPM

A política instituída visa assegurar que os descontos consignados sejam realizados de forma clara, legal e supervisionada, resultando em maior proteção ao servidor público municipal, de acordo com administração. A intenção é evitar cobranças indevidas e facilitar a denúncia de abusos por parte das empresas credenciadas.

“Essa medida reforça a responsabilidade da administração pública em resguardar o patrimônio e a dignidade de seus servidores aposentados e pensionistas”, diz a instituição, em nota.

Autorização expressa é novidade

Entre as principais diretrizes, o IPM exige que o credenciamento seja feito via processo eletrônico no Portal de Atendimento ao Cidadão, instruído por documentação detalhada. O órgão agora realiza uma análise de compliance rigorosa para apontar riscos advocatícios ou reputacionais, garantindo a idoneidade das instituições.

Agora, todos os descontos devem ter autorização expressa dos beneficiários.

A regra prevê a suspensão de novas consignações às empresas que acumularem cinco ou mais reclamações em 60 dias, sujeitas a apuração detalhada.

O credenciamento da instituição poderá ser revogado por infrações ou por juízo de interesse público.

Por fim, a resolução autoriza a fiscalização nas sedes das empresas para verificar o cumprimento das normas e a qualidade do serviço.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

PASTOR CAIU

A Igreja Universal (IURD) colocou o pastor Brando Veiga na geladeira. O motivo, que acabou desaguando no Ministério Público e na Polícia Federal, teria sido a exposição das condutas dele como vereador ao alto escalão da IURD. Brando Veiga continua frequentando os cultos na qualidade de obreiro-vereador, e não mais como pastor. Outra situação é o rompimento entre ele e o secretário da Semas, Júlio Balieiro. Segundo fontes, BV não retorna à função de pastor.

CUPIM DE AÇO

O vereador Maurício Vila Abranches (PSDB) pegou uma pedra, em seu carro oficial, em uma estrada de terra, quando ia visitar uma obra, e não percebeu o vazamento de óleo. Resultado: o veículo “novo” literalmente fundiu o motor. O custo básico é de R\$ 68 mil para deixar o veículo em condições novamente. Já é o segundo veículo dirigido pelo vereador na mesma circunstância. Entre os servidores da Câmara Municipal, é apelidado de “cupim de ferro”.

VILA CALADO

Vila não falou sobre o segundo carro detonado, mas não foi o único assunto sobre o qual calou. Evitou falar no assunto do seu agora ex-assessor que não aparecia no gabinete e fazia agenda para um deputado federal. “Não estou sabendo de nada!”, disse. A Coluna apurou que Vila assinou a CPI do Consórcio ITS, responsável pela instalação de semáforos inteligentes, e disse que negociou a saída do ex-assessor que, no governo anterior, conduziu as licitações desse contrato. A Coluna apurava a falta de frequência do assessor, e a abertura da CPI do Consórcio ITS foi a gota d’água para o pedido de demissão.

SALVOU

Gilmar Mendes salvou, por ora, o deputado Léo Oliveira (MDB) de um baita perrengue para a campanha a deputado no ano que vem. A vista solicitada pelo ministro no julgamento da Sevandija no STF dá um alívio momentâneo, já que o processo está suspenso. Léo Oliveira é réu do último processo da Operação e responde a uma ação que está na fase final de sentença.

JOGO EMPATADO

A Direita Bolsonaroista iguala as narrativas com a esquerda política ao defender a PEC da Blindagem com os mesmos contextos do Mensalão do PT do passado. Anistia 2026 com Anistia 1979, ex-presidente condenado Bolsonaro preso com o “descondenado” ex-presidente Lula preso. Enfim, a Direita Bolsonaroista quer exatamente o que a esquerda petista alcançou, sem levar em conta que Lula ficou preso por mais de 500 dias e os anistiados de 1979 ficaram exilados por mais de uma década.

MADE IN PARAGUAI

Fim do inverno, fim da entrega das jaquetas e moletons de frio na rede municipal de ensino. As caixas que acondicionavam os kits indicam que os produtos foram confeccionados no Paraguai, exatamente como a coluna publicou.

CPI - ITS

O meio ainda não absorveu totalmente a CPI, mas a leitura é de que Isaac Antunes (PL) não deverá pegar leve, principalmente porque trouxe Daniel Gobbi (PP) como relator. Gobbi, ex-vice-prefeito, conhecedor dos meandros do Executivo, tem em seu radar determinadas figuras do governo anterior e chegou a comentar que não é do tipo de “fazer número”. Jean Corauci (PSD), outro opositor do governo anterior, também é membro.

CPI CONECTA

As especulações de que Daniel Gobbi negociou com Isaac Antunes a transformação da CEE da Conecta em CPI gerou busca de informações sobre o assunto. A comunicação pode acontecer aos demais vereadores antes da sessão de segunda-feira (29). O curioso é que assessores de vereador buscaram informações com este colunista.

PJ MAGOADÃO

Paulo Junqueira ficou aborrecido com o Capitão Derrite. Tinham um encontro agendado na semana, mas a equipe de Derrite fez curva e não atendeu a classe política, incluindo PJ. A leitura é de que vem evitando se comprometer, sobretudo na região de Ribeirão Preto, após a deflagração da Operação Carbono Oculto.